



**Getúlio Vargas antes do Varguismo:
Caudilhismo e Ideologia entre 1907 e 1930 a caminho do Catete¹,**

Marcio Ronaldo SANTOS-FERNANDES²

Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) /
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Resumo

O presente paper discorre sobre aspectos dos primórdios da carreira de Getúlio Dornelles Vargas, possivelmente o mais controverso político brasileiro do século 20. Sob o foco principalmente do pensamento de Antonio Gramsci, referência mundial da cultura política moderna, o texto trata do modus operandi de Vargas entre 1907 e 1930, tempo em que inicia, sedimenta e cristaliza seu caminho até o Palácio do Catete, sede do governo brasileiro à época, demonstrando que o Varguismo tem suas bases justamente neste espaço temporal – e não em especial nos sete anos imediatamente anteriores à proclamação do Estado Novo, período considerado como auge da carreira deste advogado por formação, mas líder caudilhista desde jovem, devido a fatores como herança familiar e contexto estudantil.

Palavras-chave

Caudilhismo; Ideologia; Varguismo; Propaganda Política; Massas

¹ Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2011

² Jornalista diplomado, com 15 anos de carreira, em veículos do Brasil e exterior. Professor efetivo do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Paraná. Mestre em Comunicação e Linguagens. Doutorando em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Líder do grupo de pesquisa Conversas Latinas em Comunicação (3C). E-mail: marciorf@globo.com



**Getúlio Vargas antes do Varguismo:
caudilhismo e ideologia (1907-1930) a caminho do Catete**

*É por isso que a mocidade acadêmica, evocando
o nome de Júlio de Castilhos, eucaristia purificadora
da República, vem prestar seu apoio e sua solidariedade
a um dos sustentadores de sua obra, a um dos
mais simpáticos vultos da política brasileira*

Getúlio Vargas, aos 25 anos, em carta de 1907
endereçada ao senador Pinheiro Machado

Muito distintamente do que se convencionou a acreditar, o modo Getúlio Vargas (GV) de governar durante o Estado Novo (1937-1945) não deriva diretamente dos sete anos imediatamente anteriores ao começo deste período polêmico da trajetória brasileira, cujo ponto inicial é a assunção de Vargas à Presidência do Brasil, através de um golpe de Estado, em 1930. O *modus operandi* daquele que pode ser considerado como o mais controverso político verde-amarelo dos últimos 100 anos tampouco estava baseado na sua curta gestão como governador do Rio Grande do Sul entre 1928 e 1930, período em que a função era chamada de Presidente do RS. O lastro de Getúlio Vargas e, portanto, do Varguismo remonta aos primórdios do século passado. Se a carta-testamento de agosto de 1954 é o ápice documental de GV, um discurso de 1907, em louvor ao senador José Gomes Pinheiro Machado, pode ser considerado como primórdio do Varguismo, esse método populista de governar e que, na América do Sul do século 20, somente encontrou condição semelhante na figura e na obra de Juan Domingo Perón, na vizinha Argentina, da década de 1940 em diante.

A partir deste cenário, o presente artigo se dedica a apontar alguns dos caminhos percorridos por GV entre 1907 e 1930, caracterizando este espaço temporal como essencial para a fundação das bases do Varguismo, sedimentando uma trilha que o levaria ao Palácio Piratini (sede do governo sulista), em um primeiro momento, e, em seguida, ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. E estes apontamentos são vistos à luz da visão gramsciniana de Ideologia, palavra que, na designação deste cientista político italiano (Antonio Gramsci, 1891-1937), representa uma superestrutura (jurídica, social, cultural, etc) na qual o Ser Humano se movimenta. Em paralelo, há a costura para com o



Caudilhismo, este outro *modus operandi* bastante em voga naquele Brasil que recém adentrava ao século 20.

Portanto, o GV que assumiu o Rio Grande do Sul em 1928 vinha se moldando há pelos 20 anos, por conta das peculiares relações de poder de então no RS. De líder estudantil à condição de mandante-mor do Rio Grande do Sul, muitas etapas se sucederam envolvendo GV, mas todas intrinsecamente ligadas ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), a Borges de Medeiros e a Júlio de Castilhos, dois políticos gaúchos que mandaram no RS entre 1891 e 1927. Ambos, sob o manto do PRR, construíram uma cadeia hegemônica sem precedentes e sem igual até hoje, mesmo decorridos mais de 80 anos de sua derrocada. E Getúlio, herdeiro intelectual dos dois, soube ampliar esta esfera, até o ponto em que se pode dizer da criação, por ele, de uma ideologia orgânica, já que (juntamente com seu grupo político), ao tomar consciência da força da estratégia do PRR, entendeu por bem levar esta visão de mundo para o País todo, assumindo a cadeira de presidente do Brasil em 1930, e que mais tarde desembocaria no lendário Estado Novo.

As faces de Getúlio Vargas antes do Varguismo, enfim, são o cerne do estudo em questão, principalmente a partir da obra 'Getúlio Vargas: a construção de um mito (1928-1930)', de Luciano Aronne ABREU (1997), que se dedica a recontar os primórdios da carreira política deste homem saído da ribeirinha e fronteiriça cidade de São Borja diretamente para a História nacional e para o imaginário de diversas gerações do pós-1954. O presente texto também se sustenta nos preceitos gramscinianos percorridos por Carlos Nelson COUTINHO (1992), no livro 'Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político', sobretudo, como informado anteriormente, no conceito de Ideologia.

1. Do caudilhismo sulista

O cenário bem armado que Getúlio Dornelles Vargas encontrou quando de sua assunção ao Governo do Rio Grande do Sul em 1928 tem suas bases no viés caudilhista que vigorava por aqueles desde cerca de 100 anos antes, datando dos tempos de Bento Gonçalves (estancieiro, líder da chamada Revolução Farroupilha), Gaspar da Silveira Martins (senador do Império), Júlio de Castilhos (primeiro presidente/governador do RS e homem adepto do Positivismo, de Augusto Comte) e, em especial, de Antônio Augusto Borges de Medeiros, o político que havia pelo menos 40 anos era tido como o



líder incontestado do PRR e, portanto, do Estado. Cesar GUAZZELLI (1990: 2), recorrendo às palavras do escritor argentino Félix LUNA (1971: 20) e citado por Carla Renata GOMES (2009: 249), conta que

“Caudilho é alguém que arrasta uma 'cauda' de seguidores. A palavra, por sua vez, tem um sentido amplo e um estrito (...). No sentido estrito, que é o que nos interessa, caudilho se usa para designar lideranças afiançadas em bases regionalizadas, que resistem ou se insurgem contra uma organização política que pretende um nível mais elevado e centralizado de poder. Classicamente, é o principal líder de uma região que recusa obediência às instituições pretensamente nacionais”.

GV, enfim, era um caudilho. Em novembro de 1930, ao iniciar o comando do governo provisório do Brasil (adjetivo que perduraria por quatro anos), GV fomentava o começo de um período que Robert LEVINE (1980: 15) taxou de 'basicamente conservador, paternalista e dominado pelo governo pessoal de um homem, Getúlio Vargas'. Com ele, desembarcariam na capital brasileira o grupo que Joseph LOVE, citado diversas vezes por LEVINE, chamou de Geração de 1907, composta por políticos de meia idade que há muito eram fieis ao caudilho – Demétrio Ribeiro, Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, etc.

Mas havia uma diferença fundamental entre o político que se revelaria um centralizador ao extremo e autoritário, a partir de 1937, em relação ao sujeito que, em 1926, ao assumir o Ministério da Fazenda, contabilizava duas décadas de uma carreira política - a habilidade de apaziguar os envolvidos em tensões econômicas e, sobretudo, políticas. ABREU (idem: 52) aponta que

“a fama de político conciliador acompanha Getúlio pelo menos desde 1917, confirmando-se em 1923. Com o clima político tenso na Assembleia (Legislativa) gaúcha, Borges de Medeiros recorreu pessoalmente, e de forma insistente, ao político de São Borja (cidade natal de GV), a fim de que este defendesse seu governo e tentasse amenizar os confrontos entre maioria e minoria”.

E este *talento* seria posto à prova novamente nos anos seguintes, quando dos desencontros ideológicos entre Borges de Medeiros e o então presidente da Nação Arthur Bernardes. A capacidade conciliadora de Vargas seria reconhecida exatamente pela sua nomeação como ministro. A partir deste novo cargo público, GV começa a ter condições de ambicionar algo maior, de abrangência nacional, passando a ser o porta-voz informal de um grupo crescente que queria ver rompida a estrutura da 'República



Velha', na qual paulistas e mineiros se alternavam no comando do Brasil desde a década de 1890. GV, portanto, estava começando um movimento bastante similar ao que Gramsci chama de 'catarse', na qual uma classe supera seus interesses econômico-corporativos imediatos e se eleva a uma dimensão universal, “capaz de gerar novas iniciativas”, como pontua COUTINHO (idem: 53). Ou, segundo recordação de LEVINE (idem: 15), citando João Cruz COSTA, '1930 representou uma guinada na maneira de pensar dos brasileiros'.

Tal catarse, pode-se admitir, seria incrementada a partir do Estado Novo, momento da trajetória brasileira em que, depreende-se pelas palavras de COUTINHO, o sujeito se torna consciente de sua história. O sujeito, neste caso, seria o que Vargas chamava pomposamente de 'trabalhadores do Brasil', bordão que o mandatário repetiria exaustivamente até o fim da vida. Com propriedade, Octávio IANNI (1984: 81) classifica que 1930 marca o nascimento do Populismo no País, inaugurando um tempo no qual, com o decorrer dos anos, o principal homem político nacional se revelaria uma figura com alto pendor messiânico.

Mas, entre 1907 e 1930, o Getúlio Vargas que começara a vida pública como advogado em Porto Alegre, atingira a Assembleia Legislativa como deputado estadual e a Câmara Federal anos depois (até chegar a ministro) se revelou de fato um hábil negociador e orador. Na metade da década de 1920, ao se posicionar contrariamente aos militares que ambicionavam derrubar o presidente Bernardes, GV sustentou na tribuna do Congresso Nacional que rompantes caudilhescos estavam ultrapassados, quaisquer que fossem suas causas. Anos depois, ao liderar a marcha contra o presidente da República eleito Júlio Prestes, Vargas teria exatamente uma aventura caudilhesca, confinando em um presídio em Pernambuco (e anistiando logo em seguida), dentre outros atos histriônicos, seu antigo mentor e aliado Borges de Medeiros, logo depois do Golpe de 1930.

2. Da ideologia pré-Varguismo

Em seu estudo sobre Gramsci, COUTINHO (ibidem: 54) aborda o que o pensador italiano classificava de 'grande política' e 'pequena política'. A primeira categoria, aborda o autor, transcrevendo Gramsci, compreenderia “as questões ligadas à fundação de novos Estados, com a luta pela destruição, defesa, conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”. Na outra, haveria o entrelaçar



com “o dia-a-dia, parlamentar, de corredor, de intriga (...) que corresponde às questões parciais e cotidianas, que se colocam no interior de uma estrutura já estabelecida”. Aliás, seria esta 'pequena política', metaforicamente falando, a responsável pela queda de prestígio de Vargas em 1954, envolvido demais que estava em intrigas de bastidores, deixando de lado o programa de governo em si que restava executar.

Entendendo-se o pré-Varguismo como o período político de GV anterior a 1930, pode-se sustentar que a 'grande política' era o cerne principal do agir do futuro 'pai dos pobres', como mais tarde seria chamado. Para Vargas, seguindo o raciocínio de COUTINHO, o ser social poderia perfeitamente ser o “resultado da articulação de determinismo e de liberdade, de causalidade e de 'dever-ser” (ibid: 54). Ou, nos escritos de Gramsci, o ser social seria o resultado da 'superestrutura' que se configura como a base do conceito de Ideologia para este pensador.

Mas queria, enfim, o novo presidente/governador do Rio Grande do Sul ressignificar o RS como um todo, com a participação do maior número possível de lideranças e das pessoas ditas comuns. Sustenta ABREU (ibidem: 71):

“O governo Vargas no Rio Grande do Sul iniciou-se sob expectativas de profundas mudanças na política e na economia do Estado. A principal preocupação de Vargas, expressada antes de sua eleição ao governo gaúcho, foi estimular no Estado relações políticas de conciliação, ponto fim às tradicionais divergências entre Republicanos e Libertadores”.

E é justamente no campo econômico que a filosofia de Vargas encontra um capital ponto de convergência com o pensamento gramsciniano. ABREU (ibid: 72) recorda que GV apostava no sucesso da mão do Estado sobre a Economia, na validade da criação de associações e sindicatos, no fomento aos bancos de crédito, dentre outras possibilidades direcionadas. Já mandatário-mor do RS, discursou em dezembro de 1927 durante passagem pelo Rio de Janeiro (ABREU, ibid: 74), conforme publicado pelo jornal A Federação:

“Uma vez que não posso recusar ao meu Estado os serviços que de mim exige, dir-lhe-ei quais são os meus propósitos de governo, na crença de que se fizer boa administração, terei feito boa política. (...) Amparar a produção, a indústria, organizar o trabalho, desenvolver a circulação de riqueza, disseminar a instrução, alargar o campo da cultura, cuidar do saneamento rural e urbano (...) são os propósitos que me levam ao governo do Rio Grande do Sul”.



COUTINHO (ibid: 56) relembra que, para Gramsci, a Economia não era um simples processo de produção, disseminação e consumo de objetos materiais, senão que um complexo sistema de sociabilidades, na qual o Ser Humano poderia (ou deveria) se reconhecer, fazendo valer suas vontades – e não se portando como algo inerte. Gramsci, claro, bebia da fonte marxiniana neste aspecto. Continua COUTINHO, à página 57: “Tal como em Marx, em Engels, em Lênin, em Lukács, também em Gramsci a Economia determina a política não mediante a imposição mecânica de resultados unívocos, fatais, mas condicionando o âmbito das *alternativas* que se colocam à ação do sujeito”. Ainda que, possivelmente, não tenha lido Gramsci, Getúlio Vargas partilhava desta visão de mundo.

Discorrendo sobre o ideário do Estado Novo, no livro 'Multidões em cena: propaganda política no Vargasismo e no Peronismo', Maria Helena CAPELATO (2009: 178) escreve que Vargas e seu grupo reconheciam a fundamental dimensão da questão social e, em um olhar mais direcionado, a condição geral de pobreza de boa parte da população brasileira. Ela continua (idem):

“A democracia brasileira deveria deixar de ser política para se tornar democracia social e econômica, ou seja, uma democracia antiliberal. Essa era a grande inovação. Cabia ao novo Estado Nacional conciliar homem e sociedade, liberdade e autoridade, entendida como quantidade de força coercitiva indispensável à garantia do desenvolvimento do homem como povo”.

CAPELATO, como dito, mensura qualitativamente na obra em questão o Estado Novo (1937 em diante), auge da trajetória varguista. Mas é possível encontrar pegadas das origens desta doutrina ainda na década anterior, quando da criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, o Banrisul. Disposto a auxiliar diretamente os produtores rurais, Vargas institui o Banrisul no sexto mês de mandato à frente do RS, como casa bancária de crédito agrícola. Em paralelo, GV estimula a formação dos sindicatos dos charqueadores e dos produtores de banha, como relata ABREU (ibid: 83), que poderiam prosperar desde que devidamente supervisionados pelo ente público.

Conforme transcrito por A Federação (apud COUTINHO, à página 83), GV via no associativismo uma forma de obter, no 'entendimento com poucos' a 'satisfação de muitos'. Completa o autor:



“Esses sindicatos não são totalmente independentes: há um controle social sobre eles, exercido pelo Governo do Estado, o que já denota uma tendência à centralização política e administrativa por parte de Vargas. O incentivo à sindicalização, característica do governo de Vargas no Rio Grande, também é uma de suas marcas na Presidência da República”.

Começava, portanto, a vigorar com força a aceção de que o trabalho pode e deve ser um agente de transformação. Não é por acaso que Vargas, em seus discursos, costumava comparar a classe operária verde-amarela a uma colmeia de trabalho, como aponta CAPELATO (idem: 63), apud TUCCI CARNEIRO (1992: 239), na qual cada indivíduo era uma força em movimento.

Naqueles estertores dos anos 1920 iniciava-se, enfim, um período da história nacional de reelaboração de signos, em que a coletividade se impõe sobre a individualidade, em que se consolida um Estado ampliado, chamado por Gramsci de 'hegemonia couraçada de coerção', na qual acabam se sobressaindo duetos como política/moral, direito/liberdade, ordem/disciplina.

Neste cenário, ao pregar a defesa de um Estado com tais características, Getúlio Vargas almejava cristalizar a condição de 'pai dos pobres'. De que quebra, intentava cristalizar, em última instância, o mito em torno de si, algo que acabaria por ocorrer quando de sua chegada e permanência por 15 anos no Palácio do Catete (1930-1945).

3. Da volta às origens de GV

ABREU (ibid: 119) reitera sua visão de que a historiografia brasileira acerca de Getúlio Vargas se assenta em três eixos da vida e obra do mesmo: 1930-1937; 1937-1945; e 1951-1954 (quando de seu mandato presidencial, após eleito por votação direta). Diz o autor que esta tríade apresenta uma lacuna, qual seja a que trata do período pré-1930 acerca de GV. Para ele, os lastros do Varguismo estão postos na mesa ao longo dos cerca de 20 anos anteriores, tempo em que Vargas solidifica um grupo político que lhe acompanhará pelo restante de sua jornada pública, aí incluindo homens como José Antônio Flores da Cunha (seu futuro ministro da Guerra), João Neves da Fontoura (ministro das Relações Exteriores) e Oswaldo Euclides de Sousa Aranha (ministro da Fazenda).

Então um político de expressão regional naqueles anos primordiais, GV construiu paulatinamente sua condição de líder superior das massas, pecha que levaria



consigo até sua morte, em 1954. Avaliando a trajetória ímpar desta figura da política brasileira à visão de Eduardo COUTINHO (2002: s/p), percebe-se que é possível sustentar que Vargas operou, ainda que indiretamente, com uma prática que pode ser classificada como 'superação dialética (aufhebung)', na qual a consciência ético-política das classes subalternas é devidamente eliminada, conservada e elevada a níveis superiores, como descreve COUTINHO. Esta sublimação dialética GV soube conduzir com segurança em toda sua carreira, mesmo antes de se tornar o chefe da Nação, como bem caracteriza CAPELATO (ibid: 63). É claro que, apesar de imponente, ela teria fim em dado momento, o que acabou por ocorrer em 1945 e depois em 1954, instantes em que ocorreram o que Gramsci chamou de 'crise de hegemonia', como mais uma vez pondera COUTINHO (ibid: 93), refletindo as letras do cientista político italiano morto em 1937, depois de muitos anos preso, por ordem do ditador de seu país à época, Benito Mussolini:

“Se a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais 'dirigente', porém unicamente 'dominante', detentora de pura força coercitiva, isso significa precisamente que as grandes massas se separaram das ideologias tradicionais, que não creem mais no que antes acreditavam (sendo que) A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer”.

A morte de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954 significava, portanto, muito mais do que o desaparecimento físico do presidente da República, de um líder incontestado na maior parte do tempo de um grupo dirigente, senão que o começo da derrocada do viés ideológico nascido no distante ano de 1907, naquela carta elogiosa a Pinheiro Machado.

4. Do viés comunicacional pré-1930

O aparato de propaganda política varguista que se pode encontrar quando do início do Estado Novo em 1937 não encontra muito lastro nos tempos pré-1930 e, portanto, pré-período presidencial de GV. Alberto CIRIA (1983), citado por CAPELATO (ibid: 73) argumenta que regimes como o Varguismo costumam operar com dois instrumentos principais – controle sobre a Imprensa e supressão das mídias opositoras. Vale lembrar que a Constituição de 1937 (já sob o manto do Estado Novo) tornou legal a censura prévia, algo impensável quando de sua gestão à frente do



Governo do RS. Entre 1940 e 1945, ilustra CAPELATO (ibid: 81), 420 jornais e 320 revistas de todo o País não conseguiram autorização do governo para circular. E, continua a autora, aqueles “que insistiram em manter sua independência ou se atreveram a fazer críticas ao governo tiveram sua licença cassada. As 'publicações inconvenientes' foram suprimidas.

Naqueles idos de político de abrangência regional, GV centrava sua estratégia midiática em um eixo fundamental: o apoio aos veículos (jornais impressos) completamente identificados com o Partido Republicano Riograndense (PRR). E, nisto, A Federação é aquele que mais se destaca.

Criado em 1884 (nos estertores do Império brasileiro, portanto) para dar vazão ao ideário do PRR, A Federação foi fundada pelo jornalista Venâncio Aires, que durou pouco tempo à frente do periódico – Júlio de Castilhos, o maior dos mentores intelectuais de GV, assumiu o controle logo em seguida, conforme Jandira SILVA, em seu livro 'Breve histórico da Imprensa Sul-Rio-grandense' (1986). Os republicanos gaúchos, é bom recordar, gostavam de alimentar o discurso ideológico da Revolução Farroupilha e, em especial do Positivismo, doutrina na qual a metafísica, por exemplo, deve ser deixada de lado em favor do racionalismo, da experiência, do controle sobre as coisas por parte do ser humano. Sobre Castilhos, vale lembrar, o historiador Décio FREITAS publicou em 1999 um livro que mescla fatos e literatura ficcional, intitulado O homem que inventou a ditadura no Brasil.

Tecer loas favoráveis aos republicanos, claro, era a especialidade d'A Federação, fosse em seus editoriais ou reproduzindo vozes. ABREU (ibid: 77) escreve que, a partir de 1928,

“A Federação passa a fazer comentários diários sobre cada ato do novo governo e a elogiar cada um dos pontos propostos pelo programa governamental de Vargas (à frente do RS). Referindo-se à proposta de pacificação do Estado, o jornal republicano afirma que esta é a 'consequência do respeito que entre si tributam os chefes dos partidos’”.

A proposta em questão, frisa-se, se referia ao apaziguamento dos ânimos entre os republicanos e os liberais e havia sido encaminhada por Getúlio Vargas. Mas é interessante notar que a queda do periódico se deu em 1937, quando o Estado Novo extingue as agremiações políticas e suas publicações (dali em diante, o Varguismo teria suas próprias unidades de promoção, como o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP). Ao longo de sua existência (53 anos), A Federação sempre esteve em mãos



republicanas, fossem elas de políticos proeminentes (como Júlio de Castilhos) ou de jornalistas identificados com eles – como Manoelito de Ornelas (também professor universitário) e Demétrio Nunes Ribeiro, primeiro ministro da Agricultura da era republicana brasileira.

E, ao criar uma estrutura bastante particular de propaganda política, GV almeja inculcar no imaginário coletivo a noção de que somente seu aparato midiático conseguia levar à sociedade brasileira fatos confiáveis, que demonstravam o quão bem sucedido estava sendo o regime. E, isto, ao se lembrar de Gramsci, se relaciona mais com o que o pensador italiano taxava de 'ideologia orgânica', conforme já dito no presente texto, do que com uma 'ideologia cerebrina', aquela que pode ser considerada como uma elucubração individual ou de um pequeno grupo, que busca massificar, sem sucesso, uma proposta vista como ultrapassada pela maioria.

O fato é que, no período 1907-1930, GV estava pavimentando o caminho para um regime mais monocrático, no qual sua figura seria a central, o Divino Mestre (...), o homem e o estadista de nosso tempo, predestinado por Deus para, na terra de Santa Cruz, prosseguir nos mesmos cometimentos do divino Rabi”, como delineou anos depois Luiz VIEIRA, no livro 'Getúlio Vargas: estadista e sociólogo', como bem relembra CAPELATO (ibid: 283).

Nestes anos todos, paulatinamente Vargas foi se aproximando de diversos grupos sociais, até se transformar no também já dito 'pai dos pobres'. LEVINE (ibid: 281) dizia que o presidente tinha a capacidade de 'forjar e conservar apoios de diferentes origens, no seio da elite, civil e militar por igual, cultivando e fortalecendo, ao mesmo tempo, sua popularidade junto aos humildes”. Estes 23 anos, enfim, se tornaram um período de transição, tempo que Gramsci considerava essencial (ABREU, ibid: 96-97) para qualquer viés revolucionário. Essa construção de elos por quase três décadas encontra, então, eco no pensamento gramsciano, conforme Bruno TOSIN, reproduzido por ABREU:

“Antes de se chegar verdadeiramente a uma situação revolucionária, é preciso trabalhar dura e longamente entre as massas, com palavras de ordem simples e compreensíveis, por objetivos transitórios; por exemplo, pode-se desde já colocar, entre operários, camponeses e camadas médias, 'o problema constitucional”.



É uma leitura de mundo próxima do pregado pelo sociólogo italiano Gino GERMANI, citado por CAPELATO (ibid: 24), para quem o populismo era uma etapa “necessária de passagem para uma sociedade desenvolvida e democrática”, misturando valores tradicionais e modernos. Mas, obviamente, para muitos dos mais próximos seguidores de Vargas, este populismo só teria efeito se acompanhado de um viés totalitarista. Viriato VARGAS, recorda LEVINE (ibid: 59), escreveu ao irmão Getúlio em 1936 dizendo que o democratismo era um modo decadente e que se destinava à “decomposição da forma organizada” de gestão. A palavra “decomposição”, aliás, havia sido utilizada já no ano anterior pelo ministro da Guerra Pedro Góis Monteiro, em missiva a Oswaldo Aranha, referindo-se ao caminho de esfacelamento social que o Brasil trilhava, segundo ele, conforme documentado igualmente por LEVINE (ibid: 58). E, para evitar o desmanche, só havia, na visão deles uma alternativa - o Estado Novo -, a ser liderado por um “Cristo entre ladrões”, como definiu Aranha certa vez, a respeito do chefe da Nação (ibid: 57).

Mas, quaisquer que fossem os adjetivos colados ou não ao mandatário, depreende-se que Vargas teve a paciência e a habilidade de trabalhar as massas por décadas – precisamente até 10 de novembro de 1937, quando anuncia a formação do Estado Novo, proferindo frases até hoje impactantes (LEVINE, ibid: 229):

“Fortalecido pela confiança das Forças Armadas e em resposta aos pedidos dos meus concidadãos, concordei em sacrificar o justo descanso a que tinha direito, com o firme propósito de continuar a servir à Nação”.

Não por acaso, Vargas proferiu este hoje célebre discurso através de uma cadeia nacional de Rádio.



Referências Bibliográficas

ABREU, Luciano Aronne. **Getúlio Vargas**: a construção de um mito (1928-1930). Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Velhas histórias, memórias futuras**: o sentido da tradição na obra de Paulinho da Viola. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **De rio-grandense a gaúcho**: o triunfo do avesso – Um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877). Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.

IANNI, Octávio. **O ciclo de Revolução Burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

LEVINE, Robert. **O regime de Vargas**: os anos críticos, 1934-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

SILVA, Jandira. **Breve histórico da Imprensa Sul-Rio-grandense**. Porto Alegre: Corag, 1986.